

**DISCURSO DO PRESIDENTE DA OAB-SP, Dr.
LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO, POR OCASIÃO
DA SESSÃO DE ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO
E CERIMÔNIA SOLENE DE POSSE DO
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA**

SALÃO DOS PASSOS PERDIDOS – 2º ANDAR

PALÁCIO DA JUSTIÇA

SÃO PAULO, 06 DE FEVEREIRO DE 2012

Exmo. Sr. Desembargador dr. Ivan Ricardo Garisio Sartori

DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Exmo. Sr. Desembargador dr. José Gaspar Gonzaga Franceschini

DD. Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Exmo. Sr. Desembargador dr. José Renato Nalini

DD. Corregedor Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Exmas. e Exmos. Senhoras e Senhores Desembargadores

A Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil sente-se, mais uma vez, honrada com o convite para participar da Sessão de Abertura do Ano Judiciário e Cerimônia Solene de Posse do Conselho Superior da Magistratura.

A celebração da posse dos novos Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é um ato de grandeza que simboliza a vitalidade do nosso sistema Judiciário, e em

particular desta Corte, a maior das Cortes Estaduais de Justiça de nosso país.

Saúdo sua Excelência, o insigne desembargador Ivan Ricardo Sartori, que honra as melhores tradições do nosso Judiciário, paulistano formado em 1979 pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, cujo ingresso na magistratura se deu em 1980 com a nomeação para a 62ª Circunscrição Judiciária, com sede em Orlandia. Juiz nas comarcas de Bariri, São Bernardo do Campo, Mogi das Cruzes e São Paulo, juiz do antigo Tribunal de Alçada Criminal em 2001, ascendeu ao cargo de desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo em 2005.

Liderança expressiva da Seção de Direito Público e do Tribunal de Justiça, duas vezes eleito para o Órgão Especial, relator do novo Regimento Interno do TJ e coautor do projeto que originou a lei de criação dos cargos de assistente jurídico para os gabinetes dos desembargadores, o dr. Ivan Sartori, em suas primeiras manifestações como presidente desta Corte, já deu o tom que imprimirá à sua gestão, ao discorrer com firmeza, determinação, tranquilidade e serenidade sobre a polêmica envolvendo as funções do Conselho Nacional de Justiça, chamando a atenção para a polarização equivocada que a temática provocou. E, em arremate de muito bom senso, frisou que todos querem apurar acusações de eventuais desvios de comportamento, mas para que isso seja feito, as garantias constitucionais devem sempre ser respeitadas.

Parabéns, desembargador Ivan Sartori, pela posse na presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Minhas homenagens ao vice-presidente do Tribunal de Justiça, ilustre desembargador José Gaspar Gonzaga Franceschini, também um paulistano, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São

Paulo, turma de 1967, cujo ingresso na magistratura ocorreu em 1969, quando foi nomeado para a 41ª Circunscrição Judiciária, com sede em Jaboticabal. Dr. Franceschini atuou em Itu, Iguape, Pindamonhangaba e Diadema e chegou à nossa capital em 1976. A partir de 1993, passou a integrar os quadros desta Digna Corte de Justiça.

Que chegue a bom termo, senhor desembargador José Gaspar Gonzaga Franceschini, a jornada que hoje se inicia.

Presto, agora, as homenagens da OAB-SP ao Ilustre Desembargador José Renato Nalini, que toma posse na Corregedoria Geral da Justiça. Natural da Jundiaí, formou-se em 1970 pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Campinas, chegando à magistratura em 1976, ao ser nomeado para a 13ª Circunscrição Judiciária, com sede em Barretos. Ao longo de sua profícua carreira, trabalhou nas comarcas de Monte Azul, Itu, Jundiaí e na capital e, desde 2004, é desembargador nesta Corte. Intelectual competente e lúcido, auguramos que Deus o proteja, caro desembargador José Renato Nalini, na missão que certamente Vossa Excelência desempenhará com sabedoria e zelo.

Senhor Presidente

Senhores Desembargadores

Senhoras e Senhores

Mais uma vez, em nome dos 350 mil advogados paulistas, quero manifestar nossa irrestrita solidariedade aos pleitos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relembro a ênfase que a OAB-SP em nossas três gestões, tem dado à defesa da autonomia financeira do nosso Tribunal, condição *sine qua non* para a implantação das 300 Varas criadas

e ainda não instaladas. Autonomia financeira que se faz absolutamente fundamental para a consecução da meta de informatização e implantação de uma política justa de remuneração adequada dos servidores. Sem recursos suficientes, não será possível atender ao formidável conjunto de demandas que cercam a esfera judiciária paulista.

Integrando-se ao esforço para modernizar as rotinas do nosso Judiciário, a Seccional Paulista da Ordem tem dado apoio total para a informatização de suas estruturas. O nosso apoio se estende ao projeto do TJ paulista para reforçar uma estrutura que conta com 360 desembargadores e acumula milhares de processos. São Paulo, como todos sabem, detém quase 50% dos feitos em tramitação no país e carece de uma estrutura mais poderosa para dar vazão à crescente demanda. Recentemente foi publicado que no Brasil, a taxa de congestionamento da Justiça, em todos os ramos, é de aproximadamente 70%. Cerca de 43 milhões de processos aguardam julgamento pela Justiça de nosso país.

Esses números gigantescos demonstram a gravidade do desafio que o Poder Judiciário no Brasil enfrenta. O que fazer para garantir aos cidadãos o acesso à justiça, requisito fundamental – na verdade o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno? As soluções, bastante conhecidas e difundidas em todas as áreas de operação do Direito, apontam para a melhoria qualitativa e quantitativa das estruturas do Judiciário. Melhoria que implica, preliminarmente, aumento da dotação orçamentária àquele Poder.

Sem investimentos à altura de suas urgentes necessidades, a aplicação da Justiça será cada vez mais morosa, trazendo sofrimento a todos: ao juiz, ao promotor, ao advogado e ao cidadão.

São Paulo, sempre faço questão de rememorar, se orgulha de possuir o maior Tribunal de Justiça do país e um dos maiores do mundo, orgulho que se manifesta, ainda, pela presença de mais de duas dezenas de ministros paulistas que ascenderam à mais Alta Corte do país, o Supremo Tribunal Federal. Ao longo deste tempo, a magistratura paulista construiu belos capítulos na história da administração da Justiça, pontuando suas ações pela autonomia, independência e sabedoria, valores que impregnaram o Estado Democrático de Direito no Brasil.

Quero ainda destacar o fato de que os magistrados paulistas têm sido exemplo de excelência na interpretação e na aplicação das leis, servindo com seriedade, espírito cívico e independência aos anseios da nossa coletividade.

Senhor Presidente

Abordo agora a questão que recentemente inundou o noticiário nacional. Trata-se da polêmica sobre o Conselho Nacional de Justiça e de carona, as notícias sobre o Tribunal de Justiça de São Paulo. Cabe, inicialmente, asseverar que não estamos diante de uma crise. Por premissa, cabe também reconhecer a importância do CNJ, destacando-se a absoluta necessidade de um organismo com a sua modelagem, meta conquistada pela sociedade brasileira e pela qual a Ordem dos Advogados do Brasil tanto se empenhou. Inspirou-nos nessa luta o facho da justiça, com a criação de um mecanismo capaz de enfrentar desmandos, desvios e ilícitos que ocorrem por esse país afora, no âmbito do Poder Judiciário.

Quanto ao tema envolvendo a competência do CNJ, convém apelar para o bom senso e colocar as coisas em seus devidos lugares. Urge considerar que no Estado Democrático de Direito, o debate sobre os campos funcionais das estruturas e instituições deve se apresentar como

fato absolutamente inserido na normalidade. O confronto e o debate aceso entre as partes são situações naturais no Direito e servem para oxigenar os pulmões da democracia. Convivemos diariamente com o embate de teses antagônicas.

Portanto, é inadequada a polarização que insere a questão sob a dualidade: ser contra ou a favor do CNJ, ser contra ou a favor da moralidade, ser contra ou a favor da corrupção. Essa não é a discussão central como alguns – dentre eles, conhecidos acendedores de fogueiras – quiseram plantar.

Cidadãos e cidadãos de bom senso, brasileiros que cultivam o civismo, profissionais de responsabilidade, todos hoje, acredito, são favoráveis à existência do CNJ. A delimitação ou não de seu espaço funcional, essa é que foi a questão posta, esse foi o debate, com teses divergentes, cujo desfecho coube ao Supremo Tribunal Federal, pacificando o tema.

É inconcebível, ainda, que uma outra discussão restrita à remuneração de alguns desembargadores do TJSP seja inserida no mesmo acervo de conceitos que abrigou as competências do CNJ. Assuntos diferentes que foram misturados levando a uma grande confusão.

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paulista, se posicionou com muita serenidade a respeito dessas questões, ponderando sobre a importância do CNJ, admitindo o debate sobre as teses antagônicas, acreditando que o respeito aos contrários, a divergência, sob o padrão ético, as manifestações plurais contribuem para enriquecer o nosso sistema democrático, que saiu fortalecido desse debate.

Repudiamos a diabolização, não podemos aceitar a satanização de posições e no palco democrático apresentamos nossas convicções.

A OAB-SP reitera a sua confiança na Justiça e o seu compromisso junto à população de continuar a defender melhores condições para que o Judiciário, especialmente o Paulista possa melhor atender às demandas da sociedade.

Senhoras e Senhores

Lembro que este ano será decisivo para o redesenho institucional e político do País. Trata-se de renovar os comandos políticos e administrativos em 5.564 municípios. O processo eleitoral, que começa a ser aberto, será um dos mais importantes da história republicana, pela significação que contém: a polarização acirrada entre agrupamentos políticos, que se funda na própria visão de construção do futuro da Nação.

A nossa Ordem dos Advogados acompanhará atentamente o desenrolar do pleito, desenvolvendo as ações que se fizerem necessárias para a defesa da sociedade.

Em palavras finais, deposito o meu pensamento no altar sagrado da Justiça, na crença de que o seu ideário de postular sujeitos livres e iguais constitui a base das Democracias e o cadinho da Cidadania.

Elevo minha voz para reconhecer que o Judiciário é o mais sagrado dos Poderes. E se assim o é, não pode ficar a margem dos outros Poderes, o que lhe impõe o dever de exigir, de criticar, de imprimir o selo de sua grandeza.

Assim e por tudo isso Sr. Presidente, é que reafirmo o compromisso dos advogados paulistas, pois a luta do Judiciário de São Paulo é também a nossa luta. Que Deus os abençoe!

Muito Obrigado!